

Conclusão

A idéia de progresso foi afirmada pela Coroa nas duas últimas décadas do século XIX como parte de um discurso que pretendia caracterizar a monarquia brasileira como uma instituição suprapartidária, acima dos conflitos políticos vigentes na sociedade, cujo o compromisso em assimilar-se a um movimento meta-histórico - o do progresso - atualizava a sua condição de disseminadora da civilização no país.

Assim, a monarquia brasileira buscou, através do discurso do progresso - que se daria sobretudo com o fomento da Coroa ao desenvolvimento da ciência - afirmar-se como uma espécie de "justo juiz" dos conflitos políticos presentes na sociedade brasileira. Estes conflitos vinham avolumando-se desde a crise parlamentar de 1868 sem encontrar canais de absorção nos instrumentos institucionais do Estado brasileiro. Desta forma, diante da dificuldade de reformar o Estado monárquico e empreender modificações sócio-econômicas na sociedade brasileira - ações que atingiriam a base de apoio político da Monarquia - a Coroa buscou através do discurso do progresso, atenuar as fissuras presentes no interior da elite brasileira, uma elite que se diversificou com o desenvolvimento da infra-estrutura do país na segunda metade do século XIX.

Entretanto, não obstante a relevância da idéia de progresso para a Coroa, esta não constituía a sua idéia primordial. A principal idéia com a qual se associava a monarquia brasileira era aquela de civilização, a qual era considerada o valor máximo a ser estimulado e a metáfora política legitimadora do regime. Conforme observou-se através da documentação exposta no capítulo I, a idéia de progresso não era vista de maneira autônoma, encontrando-se subsumida à idéia de civilização, fim maior que a monarquia brasileira buscava conquistar.

Assim, expressando sua autonomia relativa no Brasil desta época, a idéia de progresso ainda não se encontrava dominada pela idéia de desenvolvimento material. Disto dão nota os discursos provenientes da elite política brasileira da época, nos quais a alusão preferencial à idéia de progresso material aparece descrita não sob a palavra "progresso", mas fundamentalmente pelo termo "prosperidade".

Com a instauração da República, a cidade do Rio de Janeiro passaria a vivenciar novas experiências. O reordenamento do edifício político imperial, que facultou uma maior oligarquização no âmbito da política brasileira, a mudança no padrão da relação entre o Estado e a sociedade e a modificação nos canais institucionais para resolver os conflitos entre as elites, uniram-se a uma série de revoltas ocorridas na cidade e, sobretudo, à experiência do encilhamento para fomentar uma inversão no eixo da relação entre as idéias de progresso e civilização no Rio de Janeiro.

O Clube de Engenharia foi a instituição da sociedade carioca que mais contribuiu para a associação da idéia de progresso com a idéia de desenvolvimento material. Fundado em 1880, esta associação organizou os interesses de engenheiros e empresários ligados à área técnica, construindo uma aproximação cada vez maior com o Estado brasileiro sob a idéia de uma "assistência desinteressada" ao mesmo, em nome da "causa do maior do progresso". Tendo em vista a ineficácia da ação médica para conter as epidemias que assolavam o Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia passou a desenvolver uma aproximação cada vez maior com o Estado no período republicano, sobretudo a partir da gestão de Campos Sales. Esta aproximação permitiu que o governo de Rodrigues Alves utilizasse-se dos interesses do Clube de Engenharia para o fim de operar as obras federais de intervenção urbana. Tal ação tinha em seu horizonte não só fomentar as importações através da ampliação do porto do Rio de Janeiro, com vistas a equilibrar as contas federais que dependiam da arrecadação do imposto sobre as importações, mas também legitimar a República diante da população brasileira

através de sua associação com a idéia de progresso material, buscando assim tornar tal idéia a metáfora política do regime.

A reformulação urbana da cidade propriamente dita, uma demanda histórica de uma urbe que sofria a crise de sua capitalidade, ficou a cargo do Governo Municipal, cujo gestor escolhido foi Pereira Passos. A escolha de Passos deveu-se ao fato do Prefeito ter sido uma figura historicamente ligada à cidade, que a conhecia e que, ao mesmo tempo, unia em si a habilidade técnica desejada, socialmente reconhecida na figura deste engenheiro, com uma postura reverente ao ideal de civilização, uma idéia a qual a cidade não poderia prescindir, dada a sua tradição ligada à Monarquia, como sede da Corte Imperial.

Assim, se a idéia de civilização, pensada enquanto respeito à lei e à ordem estabelecida, polimento e desenvolvimento intelectual, social, estético, moral e material foi a metáfora política com a qual o Império procurou afirmar a legitimidade do regime monárquico, a idéia de progresso, pensada enquanto uma melhoria constante projetada adiante no âmbito do desenvolvimento material da sociedade, foi a metáfora política com a qual o governo de Rodrigues Alves buscou legitimar a República.

Contudo, a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, realizada entre 1903-1906, uma ação de intervenção urbana que abrigou dois planos de remodelação diferentes, o federal e o municipal, obedeceu a duas distintas orientações, a primeira tendo como referência a idéia de progresso material e a segunda, tendo como norte principal a idéia de civilização. Desta forma, a Grande Reforma Urbana de 1903-1906 caracterizou-se como um momento marcante de coadunação das idéias de progresso e de civilização na cidade do Rio de Janeiro. Uma coadunação consoante com historicidade da cidade, reveladora da tradição do Rio de Janeiro e de seu diálogo com o processo de modernização da urbe, um diálogo que uniu na semântica urbana do Rio de Janeiro duas referências distintas na relação entre progresso e civilização.